

## PROGRESSO E HUMANISMO: UMA CRÍTICA AO LIVRO *HUMANIDADE*\*

PROGRESS AND HUMANISM: A CRITIQUE OF THE BOOK *HUMANITY*

Antônio José Pereira Filho\*\*

### RESUMO

Já faz algum tempo que o campo dos estudos culturais se empenha em combater filosofias da história que, de forma hipostasiada, desejem abarcar a totalidade da história humana vista como uma marcha única rumo a um futuro melhor. Diante das ruínas que nos cercam e das ameaças ao meio ambiente, por exemplo, é compreensível que se desconfie da marcha implacável do progresso. Afinal, pode-se perguntar: “ordem e progresso” para quem? Daí a desconfiança das promessas não cumpridas do ideal de emancipação iluminista, que tanta barbárie e imoralidade produziu ao pretender justificar, em nome do progresso, a necessidade da escravidão, enquanto a Europa saqueava riquezas em terras tidas como de ninguém. Ora, frente a essa perspectiva, em seu best seller, *Humanidade uma história otimista do homem* (2020), o historiador Rutger Bregman, revista alguns pensadores das luzes e enfrenta o desafio de provar que, apesar das sombras que nos cercam, a humanidade vale a pena. Neste artigo, pretendo mostrar, porém, que o otimismo de Bregman ignora uma visão mais complexa do próprio iluminismo, sendo atravessado por uma perspectiva eurocêntrica e antropocêntrica que trabalha com uma noção abstrata de “natureza humana” e acaba por não dar a devida atenção à barbárie colonizadora de ontem e de hoje.

**PALAVRAS-CHAVE:** Filosofia da história; iluminismo; natureza humana; progresso.

### ABSTRACT

For some time now, the field of cultural studies has endeavoured to combat philosophies of history that, in a hypostatised way, wish to encompass the totality of human history seen as a single march towards a better future. Faced with the ruins that surround us and the threats to the environment, for example, it is understandable to be suspicious of the relentless march of progress. After all, one might ask: "order and progress" for whom? Hence the distrust of the unfulfilled promises of the Enlightenment ideal of emancipation, which produced so much barbarism and immorality by pretending to justify, in the name of progress, the need for slavery, while Europe plundered wealth in lands considered to be no man's land. Faced with this prospect, historian Rutger Bregman, in his bestseller *Humanity: An Optimistic History of Man* (2020), revisits some of the thinkers of the Enlightenment and faces the challenge of proving that, despite the shadows that surround us, humanity is worthwhile. In this article, I intend to show, however, that Bregman's optimism ignores a more complex vision of the Enlightenment itself, and is crossed by a Eurocentric and anthropocentric perspective that works with an abstract notion of "human nature" and ends up not paying enough attention to the colonising barbarism of yesterday and today.

**KEYWORDS:** philosophy of history; enlightenment; human nature; progress.

---

\* Artigo recebido em 09/07/2023 e aprovado para publicação em 13/11/2023.

\*\* Professor do Departamento de Filosofia da UFS. Email: proantonio\_pereira@yahoo.com.br.

## INTRODUÇÃO

A tarefa de abordar um assunto tão rico e multifacetado como é o caso do tema “as luzes e os dilemas do nosso tempo” pressupõe que façamos um recorte histórico e conceitual para demarcar aproximações e diferenças entre o ontem e o hoje. Neste artigo, sob o ângulo da filosofia da história, para dar conta desta dupla finalidade, tratarei da obra de um autor contemporâneo, o polêmico historiador Rutger Bregman, que escreveu um *best seller*, publicado em 2020 e traduzido para o português, em 2021, no auge da pandemia. Refiro-me ao livro *Humanidade – uma história otimista do homem*. No livro, Bregman revisita alguns pensadores das luzes, como Hobbes, Rousseau, dentre outros, e enfrenta o desafio de provar que, apesar das sombras que nos cercam, a humanidade vale a pena.

Não cabe aqui questionar as razões do sucesso do livro, sobretudo à época do seu lançamento. Tal sucesso talvez decorra do fato dele trazer embutida uma mensagem de esperança em meio ao caos ou talvez porque o livro contraste com o pano de fundo niilista deste “novo tempo do mundo”, para lembrar o título de um livro desafiador do filósofo brasileiro Paulo Arantes (2014). Enquanto o filósofo periférico brasileiro, questionando a caducidade de categorias, como a de progresso, apresenta um diagnóstico dos estertores do capitalismo e mostra o achatamento do campo político com o fim da era triunfante das expectativas, o escritor europeu irá tomar o caminho oposto empenhando-se na defesa do que podemos chamar de “humanismo liberal”. Desse ponto de vista, para Bregman, a competição e o egoísmo, conforme preceitos da economia difundida desde a era das luzes, trazem consigo os despojos e os benefícios da civilização. Por isso, a seu ver, em si mesmo o egoísmo não deve ser refreado, pois o desejo de riquezas nos leva não a desunião, mas a união das pessoas no mundo inteiro e foram os pensadores das luzes que “usaram o mesmo princípio para embasar seu modelo de democracia moderna” (Bregman, 2021, p. 239). Hoje, argumenta o autor, “quando pagamos por compras no mercado, estamos trabalhando juntos com milhares de indivíduos que contribuem para a produção e a distribuição de artigos. Não pela bondade de nossos corações, mas porque estamos cuidando de nós mesmos” (p. 239).

Estaríamos diante de uma versão atualizada do famigerado “cinismo ilustrado” do *Sobrinho de Rameau* numa versão *gourmet*? Na verdade, uma das teses centrais do livro de Bregman é justamente esta:

Aqui estamos há alguns séculos na era da razão. Em termos gerais, precisamos concluir que o Iluminismo foi um triunfo para a humanidade, que nos deu o capitalismo, a democracia e o Estado de direito. As estatísticas são claras. Nossa vida está exponencialmente melhor, e o mundo ficou mais rico, mais seguro e mais saudável que antes (Bregman, 2021, p. 241).

Note-se que, para além da defesa que Bregman faz do suposto triunfo da humanidade produzido desde a era das luzes, o uso da expressão “nossa vida” na passagem acima mostra ou cegueira ou cinismo quanto às consequências produzidas pelo processo civilizatório. Afinal, pode-se perguntar, quem é esse “nós” a quem ele se refere. A humanidade? Ou seria o típico homem europeu? A vida de um homem negro nas periferias brasileiras está mais segura? Um Yanomami na Amazonia vive com mais saúde e dignidade? A vida de uma criança órfã na Faixa de Gaza está melhor hoje do que antes da colonização sionista? A floresta e os bichos que nela habitam estão mais protegidos e vivem em harmonia? Certamente, não.

Bregman não esconde do seu leitor que o iluminismo tem seu lado sombrio. Afinal, os filósofos do século XVIII foram os primeiros a classificar os humanos em raças. Essas ideias racistas, reconhece ele, “foram decodificadas pela legislação e em normas de conduta. Thomas Jefferson, que escreveu as imortais palavras ‘todos os homens são criados iguais’ na Declaração de Independência dos Estados Unidos, era dono de escravos” (Bregman, 2021, p. 241). Contudo, exploração e escravismo parecem ser apenas efeitos colaterais da derrapagem capitalista, que seria um sistema econômico unido ao longo da história. Apesar disso, reconhece Bregman, “nos séculos recentes, vimos que o capitalismo pode degradingolar, sociopatas podem tomar o poder e uma sociedade dominada por regras e protocolos pode ter pouca consideração pelos indivíduos” (p. 241). Cabe perguntar: apenas nos “séculos recentes”? Trata-se, na verdade, de um argumento capcioso: o capitalismo escravocrata foi cruel nas mãos de cínicos e sombrios governantes iluministas, mas somente recentemente ele degradingolou nas mãos de governantes psicopatas. Ainda assim, segundo esta perspectiva, de uma forma ou de outra, o capitalismo, conforme argumenta o autor, é o melhor que temos a oferecer para conservar uma humanidade que progride no sentido da cooperação.

Antes de voltar a esse ponto, seguindo o espírito das luzes, ou para falar como Kant, o espírito respeitoso da crítica, do livre e público exame, apontarei para algumas dificuldades que o autor enfrenta para sustentar suas ideias, sobretudo devido ao fato dele pressupor, a meu ver, uma visão essencialista do “homem”, o que é no mínimo curioso, uma

vez que um historiador, a princípio deve se ocupar com o concreto e o singular, evitando generalizações. Quanto a isso, não podemos esquecer, porém, que Bregman faz parte de uma geração de historiadores, como o israelense Yoav Noah Harari, autor de *Sapiens*, que busca percorrer as grandes linhas da história humana, o que coloca a ambos na seara da filosofia da história (Harari, 2014). No entanto, a aventura filosófica tem seu preço: exige rigor e coerência argumentativa para evitar discursos rasos que abastecem o mercado livresco.

Cabe lembrar ainda que já faz algum tempo que o campo dos estudos culturais se empenha em combater perspectivas que, de forma hipostasiada, desejem abarcar a totalidade da experiência humana, vista como uma marcha única rumo ao melhor (ou ao pior), conforme esta ou aquela filosofia da história. Portanto, há sempre o risco de apresentar argumentos frágeis servindo-se de conceitos genéricos como os de “humanidade”, “natureza humana” e “progresso”. A meu ver, como pretendo deixar claro no final desta abordagem, tais noções deveriam ser usadas em chave dialética e com o devido cuidado que o pensamento crítico exige.

## **UM JEITO CURIOSO DE OLHAR A CATÁSTROFE: “O NOSSO LADO NÃO TÃO BOM”**

É preciso reconhecer que o livro de Bregman tem o mérito e a fragilidade dos livros populares. Escrito num estilo envolvente, de fácil leitura, com idas e vindas demonstrativas, o livro traz consigo dados e histórias interessantíssimas, compondo um mosaico a partir de pesquisas recentes, sobretudo, no campo da biologia e da psicologia social.

Logo no início da obra nos deparamos com uma afirmação que dá o que pensar: “Catástrofes fazem aflorar o melhor nas pessoas. Não conheço nenhuma outra descoberta sociológica, comprovada por tantas evidências concretas, que seja tão sumariamente ignorada” (Bregman, 2021, p. 23). Assim, argumenta Bregman, durante a segunda Guerra Mundial, quando severamente bombardeada pela Alemanha, a população britânica não se abateu, não se rendeu, nem entrou em pânico, mas cada indivíduo demonstrou solidariedade uns para com os outros e agiram com “bom humor”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> “Evidentemente, Hitler se esqueceu de levar em conta uma coisa: a quintessência do caráter britânico. O lábio superior petulante. O humor irônico, como expresso por donos de lojas que colocavam cartazes na frente de suas instalações destruídas anunciando: ESTAMOS MAIS ABERTOS DO QUE O NORMAL. Ou pelo proprietário de um pub que propagandeava, em plena devastação: NOSSAS JANELAS FORAM DESTRUÍDAS, MAS NOSSAS BEBIDAS CONTINUAM ÓTIMAS. ENTREM PARA EXPERIMENTAR. (...). Os britânicos reagiram

O autor faz aqui referência ao pessimismo daqueles que na época, seguindo as ideias do francês Gustave Le Bon, autor da *Psicologia das multidões*, acreditavam que nosso estado de civilização não passa de um verniz. Tais pessimistas, argumenta o autor, tinham certeza de que ataques aéreos dissolveriam esse frágil revestimento. Até hoje, diz Bregman (2021, p. 17),

muita gente continua acreditando que a resiliência demonstrada pelo povo inglês durante a Blitz [os ataques relâmpagos dos alemães] pode ser atribuída a uma especificidade britânica. Mas não é característica de um povo. É algo universalmente humano. Existe um mito persistente de que, pela própria natureza, os humanos são egoístas, agressivos e muito suscetíveis ao pânico. É a ideia de que a civilização não passa de uma fina camada de verniz que pode descascar ante qualquer provocação. Na realidade, é o oposto. É quando surge uma crise – quando caem bombas ou há uma enchente – que os humanos dão o melhor de si.

Os exemplos que o livro elenca vão sempre nessa mesma direção que visa romper com a visão pessimista do ser humano, ou seja, com a ideia de que o ser humano é mal por natureza. Na perspectiva de Bregman, tal visão seria completamente equivocada, fruto de uma propaganda enganosa que se inicia no século XVIII e chega até os nossos dias.

Aqui é preciso pontuar algumas coisas. Em primeiro lugar, a referência a Le Bon é imprecisa. Em nenhum momento na obra deste autor, sobretudo em *A psicologia das multidões* (1895), há qualquer referência à ideia de que a civilização é apenas uma capa que encobre nosso lado sombrio. O propósito do livro de Le Bon é outro: trata-se de justificar inclusive o heroísmo daqueles que acreditam estar no mesmo barco. Portanto, para Le Bon, não é o pânico que move as massas, ao contrário. O pânico pode ser orientado para produzir formas diversas de resistência ou de submissão. Por isso, Mussolini e Hitler, viam a obra de Le Bon como um manual de manipulação das multidões. Na verdade, em sua *Psicologia das multidões*, Le Bon apresenta uma rica análise dos impulsos violentos que caracterizam as massas e investiga como um líder carismático e com prestígio, com as armas da propaganda, do contágio e da sugestão, apela para uso de imagens e palavras mágicas que reforçam os vínculos emocionais a fim orientar os impulsos destrutivos e produzir, a partir deles, atos de heroísmo com base numa realidade distorcida. Nesse sentido, o “efeito manada” que vemos nos atos de linchamento mostram uma força primitiva que pode ser capturada e orientada pela propaganda protagonizada por um líder. Como escreve Le Bon,

---

às incursões aéreas alemãs como se fossem um trem atrasado. Irritante, sem dúvida, mas tolerável” (Bregman, 2021, p. 13).

Os instintos de ferocidade destrutiva são resíduos das idades primitivas que dormem no fundo de cada um de nós. Para o indivíduo isolado seria perigoso entregar-se a esses instintos, mas, integrado numa multidão irresponsável, onde a impunidade está por consequência assegurada, tem plena liberdade para os satisfazer. Como normalmente não podemos exercer esses instintos destruidores sobre os nossos semelhantes, limitamo-nos a exercê-los nos animais. A paixão pela caça e a ferocidade das multidões derivam da mesma fonte. A multidão que despedaça lentamente uma vítima sem defesa dá provas de uma crueldade muito covarde, mas que se aproxima muito da crueldade dos caçadores que se reúnem para terem o prazer de assistir ao espetáculo dos seus cães a estriparem um pobre veado. Se é certo que a multidão é capaz de assassinar, incendiar e cometer toda a espécie de crimes, não é menos certo que é também capaz de atos de sacrifício e de desinteresse mais elevados do que aqueles que o indivíduo isolado é capaz de praticar. *É principalmente ao indivíduo em multidão que se dirige a exortação dos sentimentos de glória, de honra, de religião e de pátria* (Le Bon, 2008, p. 57. Grifo nosso).

Segundo Le Bon, para orientar os instintos destrutivos da massa é fundamental apelar o mínimo possível para a faculdade do entendimento, ao contrário, deve-se dar ênfase a imaginação, pois aqui não se trata de argumentar ou discutir, mas de impressionar e convencer, e se convence melhor abusando de afirmações violentas.

Outro ponto que me parece equivocado no argumento de Bregman deriva do fato, como indica o título da obra, de que ele trabalha com a noção de “homem universal” para, desse modo, definir o que ele entende por “uma história otimista da humanidade”, o que seria, segundo ele, “uma ideia revolucionária”, “uma ideia radical” (Bregman, 2021, p. 20). Na concepção do autor, ao contrário do que sustenta o senso comum e a grande maioria dos filósofos, biólogos, antropólogos e psicólogos sociais, de Agostinho a Hobbes, de Milgram a Richard Dawkins, “o homem” estaria naturalmente inclinado ou geneticamente programado não para fazer o mal, mas para fazer o bem, vivendo em cooperação, auxiliando-se mutuamente, sobretudo em momentos de crise.

Sendo assim, contra a tese do famoso livro de Dawkins, *O gene egoísta*, Bregman se inspira nas pesquisas de geneticistas russos, que conseguiram transformar perigosas raposas em bichinhos fofos, e, com base nisso, o autor levanta a hipótese do que ele chama de “homo cachorrinho”. Com essa curiosa expressão, Bregman pretende mostrar que o ser humano é um animal que, após longas gerações, adquiriu a capacidade de ser simpático e altruísta, ou seja, um animal que passou por um processo de domesticação que o tornou capaz de cooperar entre si. Contudo, o autor se esquece que mesmo entre os animais selvagens, a luta pela sobrevivência muitas vezes exige cooperação: essa capacidade não é exclusivamente humana. Também não podemos confundir raposinhas criadas em cativeiro

- certamente uma importante conquista da engenharia genética russa! - com esse bicho estranho que é homem.

Mas, além de apresentar dados de pesquisas recentes para defender a bondade natural do ser humano, Bregman irá argumentar a partir do contraste entre dois importantes filósofos iluministas. Afinal qual filósofo das luzes tinham razão? Hobbes ou Rousseau? “Devemos agradecer por termos deixado para trás nossa vida na natureza, na qual o medo da morte violenta imperava, ao adentrarmos na vida civilizada, ou, ao contrário, um dia já fomos nobres selvagens, nômades felizes, caçadores coletores, que a civilização corrompeu, tornando-nos cruéis e depravados?” (Bregman, 2021, p. 34).

Contudo, ao remontar sua tese à descrição do estado de natureza descrito por Rousseau em sua crítica a Hobbes, mais uma vez Bregman comete deslizes. Para Hobbes, argumenta Bregman, “a vida humana naquele estado era solitária, pobre, desagradável, brutal e curta”. O motivo era simples. Os seres humanos são movidos pelo medo. Medo do outro. Medo da morte violenta. Num estado selvagem, desejamos segurança e temos “um perpétuo e incansável desejo de ter cada vez mais poder, que só cessa na morte”. O resultado? Guerra de todos contra todos e, nestas condições, somente o estado civil nos salvaria (Bregman, 2021, p. 59).

Já para Rousseau, nas palavras do autor, “desde o nascimento dessa maldita sociedade civil (...) as coisas começaram a dar errado. Agricultura, urbanização, Estado – tudo isso nos tirou do caos, mas nos escravizou e nos desgraçou (...). Nos bons tempos de antigamente, antes dos reis e dos burocratas, Rousseau acreditava que tudo era melhor” (Bregman, 2021, p. 60). A perfectibilidade, porém, foi nosso pecado: “Quando existíamos em um ‘estado da naturez’, ainda éramos seres compassivos. Agora nos tornamos cínicos e interesseiros. (...). Segundo sua visão, a civilização foi um erro gigantesco” (p. 61).

Ao longo do livro, vemos Bregman buscando reforçar a perspectiva rousseauista, que evidentemente é muito mais complexa do que a versão resumida por ele. O mínimo que se esperaria de um historiador, neste caso, é o rigor quanto às fontes que utiliza. No caso de suas referências a Rousseau, como negligenciar a ambiguidade do pensamento do filósofo a esse respeito? Lembremos, por exemplo, do que nos diz Jean Starobinski a respeito do filósofo genebrino: “de um lado, Rousseau reinventa uma gênese e imagina aquisições sucessivas, de outro, coloca-se na perspectiva da perda, e evoca poderes findos, energias dissipadas, virtudes traídas. O não ainda e o nunca mais são as categorias favoritas desse pensamento, quando evoca a história humana” (Starobinski, 2011, p. 432).

Rutgger Bregman, no entanto, opta por uma versão totalmente pessimista de Rousseau e se afasta das ideias do autor que escreveu o *Contrato Social*. Aos seus olhos, Rousseau apontaria apenas para os males causados pela invenção da agricultura, da propriedade privada e do Estado, e foram esses fatores que acabaram por converter o “homo cachorrinho” num feroz cão territorialista; por outro lado, Bregman não deixa de reconhecer que a humanidade, sobretudo a partir do século XVIII, com o advento das luzes, buscou emancipar a humanidade de seus mitos, embora um desses mitos se manteve – a saber: o mito de que a civilização é um verniz que encobre nosso lado regressivo e perverso. Estranhamente, diz ele,

não só o cristianismo tradicional, mas também o Iluminismo, que colocou a razão acima da fé, tem raízes numa visão soturna da natureza humana. Os fiéis ortodoxos estavam convencidos de que nossa espécie é essencialmente depravada, e o melhor que podemos fazer é aplicar uma fina camada de piedade. Os filósofos do Iluminismo ainda acreditavam que somos depravados, mas prescreviam um revestimento de razão para encobrir a podridão” (Bregman, 2021, p. 34).

Certamente, há uma dose considerável de reducionismo nestas palavras, basta pensar na multiplicidade de perspectivas que caracterizam as luzes, que fazem toda a diferença entre a noção de progresso de um Voltaire, de um Condorcet e a visão de um Rousseau. Seja como for, para defender seu ponto de vista de que a domesticação nos tornou mansos, fofos e compassivos, Bregman deverá responder a seguinte pergunta: se somos simpáticos animais, o que explicaria o holocausto?

O autor argumenta que, “se quisermos enfrentar os maiores desafios atuais – desde a crise climática até a nossa desconfiança cada vez maior uns dos outros –, precisamos começar pela visão que temos da natureza humana”. Contudo, continua ele, “este livro não é um sermão sobre a bondade fundamental das pessoas. É óbvio que não somos anjos. Somos criaturas complexas, com um lado bom e um lado não tão bom” (Bregman, 2021, p. 27).

É impossível não se sentir desconfortável com essa última afirmação que coteja um “lado bom e um lado não tão bom”, pois, assimetricamente falando, foi justamente esse “lado não tão bom” que, em pleno século XX, promoveu o momento mais horroroso da história humana. Digamos, portanto, que Bregman tem um jeito curioso de olhar para a catástrofe, que, do seu ponto de vista, tem lá sua utilidade, pois revelaria o lado bom das pessoas.

Mas o que dizer do Holocausto?

Neste ponto, na verdade, o autor parece tropeçar nas palavras. Mas, para sermos justos, Bregman mostra com todas as letras que “o crime mais hediondo da história humana não foi cometido em um rincão primitivo. Aconteceu num dos países mais ricos e mais avançados do mundo – na terra de Kant e Goethe, de Beethoven e Bach” (Bregman, 2021, p. 147). Será então, questiona ele, que a sociedade civil não passa de um verniz protetor? Será que Rousseau estava certo e a civilização é uma podridão insidiosa?

Para responder a essa pergunta, Bregman busca discutir algumas teses apresentadas por representantes de uma nova área científica, a psicologia social. Área que ganhou relevância ao estudar justamente o fenômeno do nazifascismo, e que teria apresentado provas inquietantes de que nós somos propensos a praticar o mal.

O historiador holandês passa em revista dois famosos experimentos de psicologia social realizados no contexto dos anos sessenta e setenta do século passado, a saber o experimento de Stanley Milgram e sua “máquina de Choque”, realizado na universidade de Yale, e o experimento conduzido pelo psicólogo Philip Zimbardo, realizado nos porões da Universidade de Standford e que visava reproduzir como os seres humanos se comportam em situações em que se veem divididos entre dois grupos – os que mandam e os que obedecem – como ocorre entre os guardas de uma prisão e seus prisioneiros.

Zimbardo realizou esse experimento com seus alunos, dividindo-os justamente desta forma. Resultado: o experimento teve que ser interrompido, pois os alunos que representavam os papéis de guarda levaram a sério a situação de tortura física e psicológica, chegando a colocar em risco a vida e a saúde mental dos participantes. Isso mostrou como bons moços podem, na verdade, ser cruéis.

Bregman não leva a sério o estudo de Zimbardo, e, fuçando nos arquivos da pesquisa, teria descoberto que tudo não passou de uma farsa conduzida pelo hoje mundialmente conhecido psicólogo de Standford, “O estudo de Philip Zimbardo não se mostrou apenas duvidoso. Foi um embuste”, conclui Bregman (Bregman, 2021, p. 157).

Assim como passa em revista o experimento de Zimbardo, que nunca foi reproduzido, apresentando-o como uma farsa, Bregman deseja fazer o mesmo com o famoso experimento da Máquina de Choque, de Stanley Milgram. Aqui, porém, as coisas se complicam.

Em seu experimento, Milgram desejava provar até onde os seres humanos podem chegar em situações extremas em que são compelidos a obedecer a uma autoridade.

Milgram selecionou pessoas de diferentes condições sociais, - na verdade homens entre 20 e 50 anos -, para participarem de uma experiência sobre memória e aprendizagem, que envolvia um experimentador, um aprendiz e um professor. Era tudo simulação. Os participantes foram levados a acreditar que estavam participando de um experimento, mas eram eles mesmos as cobaias. No experimento, os participantes que desempenhavam o papel de professor tiveram que administrar choques elétricos a um "aluno/aprendiz" e, conforme as respostas fossem falhas eles eram compelidos a aplicarem choques que podiam atingir o nível de até 450 volts. Na verdade, "o aprendiz" que se encontrava na sala em frente, separado por uma parede, numa espécie de cadeira elétrica, sem contato visual com o "professor", era um membro da equipe de Milgram, que errava propositalmente as respostas, demonstrando por meio de gritos de dor o comprometimento de sua saúde. Esses choques elétricos falsos aumentaram gradualmente para níveis que teriam sido fatais se fossem reais. Após atingir os 300 volts, o marcador do aparelho indicava uma zona classificada com os dizeres: "Perigo: choque grave". Quando se atingia os 300 volts, o aprendiz gritava, clamava por ajuda, esmurrava a parede. Depois disso, o silêncio. Nem um grito, nem um gesto de desespero vindo da "sala da cadeira elétrica". Mesmo assim a grande maioria dos participantes do experimento 65%, foram até o final, aplicando choques falsos de 450 volts (que a grande maioria acreditavam serem verdadeiros), cumprindo, deste modo, as ordens do "experimentador".

O resultado abalou a todos: aparentemente, comenta Bregman, dois terços daqueles pais, amigos e maridos normais, estavam dispostos a eletrocutar um estranho" (Bregman, 2021, p. 167). Mas por quê? Ora, responde ele, "por que alguém os instruiu a fazer isso" (p. 167). Com os resultados da pesquisa, Milgram só podia chegar a uma conclusão: a natureza humana vem com uma deficiência de programação, um defeito que faz todos nós agirmos como cachorrinhos obedientes e perpetrarmos as coisas mais horríveis. "Se um sistema de campos de extermínio fosse montado nos Estados Unidos", afirmou certa vez o psicólogo, "seria possível encontrar pessoal suficiente para esses campos em qualquer cidade de porte médio".<sup>2</sup>

Bregman declara que queria desmentir os experimentos de Milgram. Era esse o grande desafio do seu livro. Aqui cabe dizer que o experimento de Milgram, ao contrário do de Zimbardo, foi reproduzido diversas vezes em inúmeros países, com algum cuidado

---

<sup>2</sup> Milgram, como lembra Bregman, disse isso em uma entrevista na televisão no programa *Sixty Minutes* em 31 de março de 1979.

ético, o que não se notou no experimento original. Ainda assim, Bregman apresenta este *ad hominem*: “Não conheço outro estudo tão cínico, tão deprimente e ao mesmo tempo tão famoso quanto ele e seu experimento com a máquina de choque” (Bregman, 2021, p. 169).

Talvez isso até possa ser dito de um ponto de vista ético; porém, como desfazer o fato de o experimento, ao ser reproduzido em diferentes contextos, apresentar resultados análogos, apesar de algumas variações, que, aliás, só reforçam os achados do experimento intrigante de Milgram?

No experimento 10, conduzido pelo próprio psicólogo, por exemplo, ele optou por realizá-lo num modesto escritório de uma falsa companhia, e os índices dos que foram até o fim no experimento baixaram consideravelmente. Como explicar tal fato? A conclusão de Bregman é um desafio para sua tese da bondade humana. “A pesquisa de Milgram parece irrefutável” (Bregman, 2021, p. 273). Ela evidenciaria que seres humanos normais são capazes de crueldades terríveis com seus semelhantes, Bregman, porém, insiste: “Mas por quê? Por que o Homo cachorrinho aperta o botão dos 450 volts, se nós somos programados para sermos bons?” (p. 173). Em face disso, o autor levanta a hipótese curiosa de que ao invés de submissão a autoridade os participantes estavam sendo colaborativos, o que explicaria o fato de os dados serem diferentes quando realizados no ambiente da Universidade de Yale ou num escritório comum de uma fajuta companhia privada.

Ora, ao contrário, do que supõe Bregman, isso só reforça a tese de Milgram a respeito do papel do ambiente em nossas decisões, o que nos permite quiçá vislumbrar entre os participantes não apenas a obediência à autoridade do “homem do avental cinza” (o experimentador), quando encarado como indivíduo opressor, mas sim como um homem civilizado que representa uma instituição chancelada pelo Estado.

Evidentemente, Bregman não avança para esse lado, o que poderia levá-lo a uma análise mais acurada do papel das instituições no contexto do processo de constituição dos modos de subjetivação que resultam em comportamentos violentos. Aqui talvez se levasse adiante sua análise paradoxalmente ele justificaria a tese de Theodor Adorno, pois segundo Adorno a barbárie é inerente ao próprio processo civilizatório<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Não é possível reproduzir aqui todas as nuances da tese de Adorno, mas vale a pena recordar quanto a isso em que sentido Adorno retoma a teoria de Freud acerca da constituição dos processos identitários de grupos organizados, como é o caso da Igreja e das Forças Armadas. Tais grupos institucionalizados, segundo ele, funcionam com uma hierarquia rígida, atravessada por laços libidinais, unindo a massa como um todo em torno da figura de um líder por meio dos mecanismos inconscientes de identificação narcísica. Baseando-se em Freud, Adorno mostrou que Igreja e as Forças Armadas são o exemplo mais acabado de um aspecto que permeia processos sectários de autorreferência através da lógica *in-group/out-group*, ou seja, de inclusão e exclusão, amor e ódio.

A invés disso, Bregman se contenta com a seguinte percepção: “o Holocausto não foi trabalho de humanos que subitamente se transformaram em robôs, assim como os voluntários de Milgram não apertavam o botão sem parar para pensar. Os autores acreditavam que estavam do lado certo da história” (Bregman, 2021, p. 176). Nessa perspectiva o argumento final de Bregman é que Auschwitz foi o ápice de um processo histórico de longa duração “em que a voltagem foi aumentando passo a passo e o mal se passou por bem. A máquina de propaganda nazista teve anos para fazer seu trabalho, entorpecendo e envenenando a mente do povo alemão” (Bregman, 2021, p. 177). A seu ver, em suma, “*O Homo cachorrinho* foi enganado e doutrinado, manipulado num processo de lavagem cerebral” (p. 177). O autor recomenda que desliguemos as tvs e nos afastemos das más notícias para amenizar a catástrofe, pois o que alimenta nossa crença na maldade humana é somente propaganda enviesada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir gostaria de fazer um balanço final de nossa breve abordagem do interessante, mas frágil, livro de Bregman. Considero, como já dei a entender, problemático o título da obra, na medida em que expressa a noção de “homem universal”. Vimos que, na concepção do autor, ao contrário do que sustenta o senso comum e a grande maioria dos filósofos, biólogos, antropólogos e psicólogos sociais, “o homem” estaria naturalmente inclinado não para fazer o mal, mas para viver uma vida em cooperação, auxiliando-se mutuamente, sobretudo em momentos de crise, apesar dos rastros de sangue e ódio que a espécie humana vai deixando pelo caminho. Em nossos dias isso nos leva a uma série de dilemas, sendo o mais evidente a possibilidade da extinção da espécie.

Quanto a isto, Bregman é honesto com seu leitor e, apesar do entusiasmo indicado no título de sua obra, ele também não deixa de indicar o outro lado da moeda da história humana; mas, como opera com uma categoria abstrata, acaba deixando de lado uma

---

Nesse sentido, a identificação no interior de um grupo é correlata à tendência de excluir “os outros”, “os de fora”, tidos como inimigos que merecem ser destruídos. É assim que se pode explicar a obediência a autoridades durante o Holocausto. Além disso, segundo Adorno, “barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram esta regressão (...). Dentre os conhecimentos proporcionados por Freud, efetivamente relacionados inclusive à cultura e à sociologia, um dos mais perspicazes parece-me ser aquele de que a civilização, por seu turno, origina e fortalece progressivamente o que é anticivilizatório. Justamente no que diz respeito a Auschwitz, os seus ensaios *O mal-estar na civilização e Psicologia das massas e análise do eu* mereceriam a mais ampla divulgação. Se a barbárie se encontra no próprio princípio civilizatório, então pretender se opor a isso tem algo de desesperador (Adorno, 2019, p. 119-120).

reflexão sobre os distintos processos de subjetivação em diferentes contextos, ou seja, a relação entre o sujeito, o meio e o conjunto de relações sociais que formam o arcabouço de onde emergem diferentes modos de comportamento, alguns cruéis, outros não. Tais modos jamais poderão ser reduzidos de um ponto de vista psicológico a categorias abstratas ou essencialistas, como a de uma “natureza humana” que é, no nosso entender, um resíduo da velha metafísica que não foram completamente expurgados da filosofia.

Em função disso, à pergunta: o que é o homem? Ou se o homem é bom ou mal por natureza? deve ser respondida num sentido totalmente diverso dos que procuram uma essência absoluta a partir de um exame das paixões, pois o ser humano não é em si mesmo nem egoísta, nem altruísta, nem bom, nem mal. Se partirmos dessas categorias estanques, desse dualismo, não evitaremos a perspectiva moralista que imobiliza lutas políticas que se fazem em nome da justiça, da liberdade e da igualdade, que é justamente um legado do iluminismo. Não é à toa que, evitando todo dualismo, Marx dirá que a essência humana não é algo que se poderia conhecer de fora ou acima do tempo, além de toda experiência histórica, segundo uma perspectiva que se apoia numa versão hipostasiada, portanto, numa imagem do “homem”, projetando-a no indivíduo abstrato/isolado. Como diz Marx, na VI tese sobre Feuerbach: “a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade ela é o conjunto das relações sociais” (Marx, 2007, p. 534). Portanto, falar aqui em uma essência fixa, uma “natureza humana” unívoca seria um erro; de modo que sempre temos que olhar para o ser humano a partir de uma situação determinada.

A noção de que a “natureza humana” é essencialmente egoísta e perversa, de que somos criaturas corruptas, que permanecem sempre as mesmas ao longo da história, poderia indicar que, do ser tortuoso que é homem, nada de bom pode ser feito, a não ser que seja tutelado pelo Estado e tenha sua natureza egoísta absorvida pela máquina capitalista. Desse ponto de vista, o capitalismo permaneceria invencível.

A esse respeito, Terry Eagleton observa que diante de quem considera que “não se pode mudar a nossa natureza”, a reação mais óbvia é afirmar que “não existe uma essência imutável nos seres humanos”. Em suma, “é nossa história, não nossa natureza, que nos faz ser o que somos e, como a história tem a ver com mudança, podemos nos transformar alterando nossas condições históricas” (Eagleton, 2012, p. 69).

Contudo, os profetas do capitalismo advogam que esse modo de produção é a religião suprema e seus dogmas são inquestionáveis. O capitalismo é visto como o sistema

destinado a evitar os conflitos, sendo o ponto de equilíbrio dos interesses da sociedade no seu todo diante da tendência humana ao egoísmo, ao interesse próprio, à ganância. É justamente o contrário, é isso (egoísmo e ganância) que ele regurgita, é disso que ele se alimenta. Não por acaso, Marx insiste sempre no caráter injusto, irracional e limitado deste sistema, que se pretende justo, racional e ilimitado. O erro, como mostra Marx é pressupor sempre uma natureza humana abstrata, colocando-a acima do tempo para sustentar um modo de produção que pretende encarnar uma racionalidade supra-histórica ou transcendental<sup>4</sup>.

A esse respeito cabe acrescentar que Bregman não aceita simplesmente que o egoísmo faz parte da natureza humana, ainda que reconheça sua utilidade. O egoísmo tem o seu valor, na medida em que, paradoxalmente, cuidando de nosso interesse próprio, abraçamos os outros. O mercado não impõe a solidariedade. Fomos educados a sermos egoístas, conclui o autor. Contudo, seu humanismo liberal não fornece qualquer saída política aos dilemas que o capitalismo apresenta. No final do seu livro, Bregman se limita a oferecer algumas dicas de autoajuda, ao reconhecer que nossa inclinação natural é a solidariedade, enquanto o mercado é imposto de cima. O fato de que talvez não haja saída simplista no fim do túnel pela via da política poderia pesar a favor desse apelo moralista. Mas não parece adequado supor a vaga ideia de um “homo cachorrinho”, tomada de empréstimo de geneticistas russos, para argumentar a respeito da complexidade da condição humana. Quanto a isso o velho Marx tinha uma resposta certa que certa vez deu aos utilitaristas de outros tempos: “Se por exemplo se quer saber o que é útil a um cachorro, precisa-se pesquisar a natureza canina. Essa natureza não se pode construir a partir do ‘princípio de utilidade’. Aplicado ao homem, isso significa que se se quer julgar toda a ação, movimento, condições etc. humanos segundo o princípio da utilidade (Marx, 1996, p. 241).

Por fim, resta dizer que, diante das ruínas que nos cercam, é compreensível que se desconfie da marcha implacável do progresso. Afinal, pode-se perguntar: “ordem e progresso” para quem cara pálida? É compreensível igualmente que se desconfie das promessas não cumpridas do ideal de emancipação iluminista, que tanta barbárie e imoralidade produziu ao pretender justificar, em nome do progresso, a necessidade da escravidão, enquanto a Europa saqueava riquezas em terras tidas como de ninguém. É compreensível, igualmente, nos sentirmos incapazes de indicar um mundo melhor do que o que temos hoje, pois, enquanto o relógio do apocalipse avança, somos esmagados pelo

---

<sup>4</sup> A esse respeito, ver nosso estudo, *Natureza e história: notas sobre a crítica à noção abstrata de natureza humana em Marx e Vico* (Pereira Filho, 2014).

presente, pelo sempre novo, pelo imediato, pelo consumo acelerado, em que tudo é vertiginosamente substituído, de mercadorias à relacionamentos.

Trata-se, no geral, de um processo de fragmentação de sujeitos destituídos daquilo que Walter Benjamin chamou de “experiência”<sup>5</sup>. Nos sentimos incapazes de transmitir “experiências”, uma vez que o processo de aceleração da máquina capitalista, produzido agora pelas mídias digitais, traz consigo a perda da memória, criando um abismo entre uma geração e outra, o que resulta em indiferença em relação a fatos que jamais deveriam ser esquecidos. A impressão que fica é que a geração atual acaba, por isso, sendo tragada por oportunistas que roubam seu senso crítico com uma prosa grosseira, contando uma história absurda na qual os povos originários são vistos como preguiçosos e os povos oriundos da África não passariam de um conjunto de seres sem alma que, graças ao homem europeu, foram civilizados.

Rutger Bregman, que se encontra à esquerda do espectro político de tendência liberal e defende uma visão humanista, tem clareza disso, mas seu humanismo é revestido de um liberalismo progressista que, no entanto, deve ser submetido à crítica. O que, conforme uma perspectiva benjaminiana, pressupõe a tarefa de escrever a história a contrapelo, olhando de frente a catástrofe, não porque nos tornamos melhores quando ela ocorre – o que nos parece absurdo - mas para evitar que ela se repita.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ADORNO, Theodor W. **Emancipação e educação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

ARANTES, Paulo. **O Novo Tempo do Mundo e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BENJAMIN, W. Obras escolhidas. Vol. 1. *In: Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119

BREGMAN, R. **Humanidade** – uma história otimista do homem. São Paulo: E. Planeta do Brasil, 2021.

---

<sup>5</sup> Ver a respeito, conferir o ensaio “Experiência e Pobreza” de Walter Benjamin (1987, p. 114-119).

EAGLETON, T. **Marx estava certo**. São Paulo: Nova Fronteira, 2012.

LE BON, G. (1895) **Psicologia das multidões**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: Uma breve história da humanidade**. 4.ed. Rio Grande do Sul: Editora L&PM, 2014. 452p.

MARX, K. **O Capital** – Crítica da Economia Política, Vol. II. trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1996.

MARX, K. “Teses sobre Feuerbach.” *In: A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

PEREIRA FILHO, A. J. Natureza e história: notas sobre a crítica à noção abstrata de natureza humana em Marx e Vico. **Cadernos Espinosanos**, 1(30), 2014.

STAROBISNKI, J. **Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo; seguido de Sete ensaios sobre Rousseau**. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.